

O sexto mandamento

Não matarás. Êxodo 20:13

**Desobediência - Caim briga com seu irmão.
Obediência - Davi não mata Saul.**

23 de maio de 2000, 8:45 da noite.

Várias famílias brasileiras se encontram ao redor da mesa de jantar.

Uma televisão ligada trás as imagens das últimas notícias.

Faz mais ou menos uma hora que os vários "Jornais", das redes de televisão, fornecem o coquetel costumeiro de más notícias que tempera essas refeições. Guerras no continente africano; corrupção nas esferas governamentais; cargas roubadas; tiroteio na favela; tentativa de golpe de estado no Paraguai; dinheiro falso; mais uma rebelião na Febem; e por aí vai...

Uma notícia específica choca os espectadores, já quase insensíveis pela violência que os cerca: um assalto no Paraná. Duas pessoas, portando armas e capacete de motociclistas entra em uma farmácia e dirigem-se imediatamente ao caixa.

Uns poucos fregueses, observam assustados enquanto um dos assaltantes avança sobre a caixa registradora e pega o dinheiro. O empregado não tenta qualquer reação ou movimento de defesa: apático, parece congelado enquanto o assalto se desenrola e as armas ameaçadoras são apontadas a todos.

Vídeo câmeras, gravando em preto e branco, capturam a cena em todos os seus detalhes. Um dos clientes, também usando um capacete, está parado, atônito.

Um assaltante se dirige a ele. Não há qualquer movimento brusco ou agressividade da parte do cliente, mas o assaltante simplesmente resolve disparar a sua arma contra aquele cliente. Enquanto o copro cai, inerte, os assaltantes se retiram vagarosamente, com toda tranquilidade, insensíveis aos delitos cometidos.

24 de outubro de 1999. Menores infratores, internados na unidade da FEBEM da rodovia dos Imigrantes, se encontram envolvidos em mais uma revolta interna. A população, já acostumada a ouvir e a testemunhar essas rebeliões, começa a perceber que algo mais grave está acontecendo. Além da depredação das instalações serem quase totais, impressiona a violência com que os inspetores, tomados como refém, são espancados e perfurados com estiletos. Mas não são só os monitores que sofrem nas mãos dos mais violentos. Outros menores, alguns que mal adentravam a adolescência, são também espancados. Um desses, acusado pelos demais de colaborar com a direção da FEBEM, é degolado por um jovem que já havia completado 18 anos. Depois arrancam mais uma perna do corpo. A cabeça

é arremessada em um saco de plástico contra os policiais que cercavam o prédio. Parte do espetáculo macabro é transmitido pela televisão. Entrevistado, posteriormente, o assassino diz "dei três machadadas nele", mas não demonstra ter qualquer arrependimento pela ação cometida.

Choca a naturalidade com a qual vidas humanas são ceifadas.

Choca a facilidade e, com certeza, a segurança da impunidade que confere essa tranquilidade aos assassinos. Choca a frequência com que se quebra o sexto mandamento: Não matarás!

O sexto mandamento não é somente uma barreira à violência e ao homicídio.

Na realidade ele pode ser quebrado até por sentimentos de ódio contra nossos semelhantes.

Por outro lado a obediência ao sexto mandamento é obtida quando possuímos uma atitude correta de receptividade e benevolência para com nosso próximo.

Deus valoriza sobremaneira a vida humana e condena todas as ações, internas ou externas, que vão contra a existência das pessoas criadas a imagem e semelhança do Criador.

Desde o início, logo após cair em pecado, o homem vem desrespeitando o sexto mandamento e exercitando violência na terra, e Deus tem condenado e julgado o desrespeito a necessidade de nossa vigilância pessoal constante, para não quebrá-lo até por pensamentos indevidos.

O sexto mandamento enfatiza a santidade da vida. Deus dá uma determinação bastante objetiva, proibindo o assassinato, ou seja: nenhum indivíduo tem o direito de tirar a vida do outro. As leis que emanam de Deus não são contraditórias entre si. Nesse sentido, as determinações dadas ao governo constituído de Israel, delegando o poder de exercitar a pena capital, não significam quebra do sexto mandamento, mas até uma forma de vê-lo cumprido.

Nesse capítulo vamos examinar o que significa "não matarás" e o que está envolvido nessa determinação, para nós crentes, no sentido de que estejamos ativamente cumprindo o mandamento, e não apenas por omissão. Vamos analisar as ações de Caim e de David. Em duas situações bem específicas e conhecidas, que retratam a desobediência da quebra e a benevolência característica do cumprimento do sexto mandamento.

A santidade da vida e o "não matarás"

A santidade da vida é uma determinação divina e isso é evidente no sexto mandamento. A inferência desse mandamento é que todas as ações que prejudiquem a integridade física do próximo, são passos preliminares de atentado à vida e constituem quebra do sexto mandamento.

Essa visão bíblica de santidade da vida encontrada neste mandamento e em outras passagens da Palavra de Deus, contrasta com os costumes dos povos pagãos daquela época, que rodeavam a nação de Israel, onde a vida humana era algo

considerado sem valor ao ponto de muitas cerimônias religiosas prescreverem o sacrifício humano, de forma banal e corriqueira.

Mas o contraste não está segregado ao passado. Contemporaneamente, o cristianismo continua se diferenciando em sua compreensão do valor da vida, da postura religiosa e genocida de muitos povos. Temos testemunhado as barbaridades cometidas na África e Ásia, onde a etnia e identificação religiosa é causa suficiente para a perda da vida ou mutilação até de crianças de berço.

Em alguns desses locais as execuções em massa com a utilização de facões e machados, atingiram mais de um milhão de pessoas.

Na Argélia, muçulmanos "fundamentalistas" têm massacrado aldeias inteiras, semeando o terror e a insegurança. Na Indonésia e no Timor Leste, multidões inflamadas por slogans muçulmanos, têm perseguido cristãos, queimado igrejas e assassinado centenas de pessoas.

O descaso pela vida, entretanto, está bem perto de nós. Talvez o caso mais aberrante tenha sido o da Alemanha nazista, onde métodos de execução em massa foram aperfeiçoados, mas, na medida em que a sociedade ocidental vai perdendo certos princípios cristãos de sua legislação e abraça uma visão cada vez mais abrangente de permissividade e impunidade, observamos a vulgarização da vida, com o aumento gradativo da criminalidade e da violência.

Além disso, nos locais mais "civilizados" da nossa sociedade pratica-se o assassinato em massa institucionalizado e sancionado pelos governos - o aborto. Somente nos Estados Unidos, onde a prática é legalizada, as estatísticas são tão gritantes que sufocam outros genocídios praticados por outras civilizações no passado ou no presente. Desde que a corte suprema americana pronunciou a decisão a favor do aborto em um caso específico, se abriram as portas para o aborto indiscriminado com amparo legal, mais de 39.000.000 de crianças concebidas foram abortadas, ou seja, assassinadas.

Isso significa que uma em cada três crianças concebidas, nos Estados Unidos, tem a sua vida indefesamente ceifada. As estatísticas mundiais não são definidas, pois existem países, como o Brasil, onde o aborto ainda é praticado na semi-clandestinidade. Estima-se, entretanto, que no mesmo período acima os habitantes das demais nações aniquilaram voluntariamente mais de 1.290.000 de vidas concebidas, com a prática do aborto.

O fundamento bíblico para a proibição ao assassinato é que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26). Essa é a razão principal para que sua vida deva ser respeitada (Gn 9.6). A Palavra de Deus trata com extrema severidade os assassinos e as pessoas violentas. O sexto mandamento declara de forma sucinta e objetiva o pecado de se atentar contra a vida de outrem.

O primeiro assassinato - o caráter e a desobediência de Caim.

Gn. 4.1-16 relata o primeiro assassinato. Obviamente a pessoa de Caim e o incidente registrado, antecedem a formalização da lei moral de Deus, conforme encontramos nos dez mandamentos. No entanto, o caráter de Deus não muda. Sua lei moral reflete esse caráter e a sua Justiça.

O registro desse incidente ocorre também para nos ensinar que é errado matar. Desde o início Deus já abominava a violência na face da terra, consequência maligna do pecado de Adão. O ato pecaminoso de Caim demonstra a quebra dos princípios colocados no sexto mandamento.

Ao estudarmos o incidente, podemos extrair as seguintes lições:

a. O pecado de Caim começou com uma desobediência. Deus havia prescrito a forma pela qual ele devia ser adorado. Caim queria fazer as coisas do seu modo. Quantas vezes desprezamos a Palavra de Deus e passamos a fazer o que pensamos; ou o que queremos, do nosso modo, sem nos importarmos com o que ele prescreve para o nosso bem?

b. Pode ser que a pergunta tenha cruzado o seu pensamento: "porque Deus não aceitou o sacrifício de Caim? Afinal, ele parecia sincero, em seus propósitos." A análise do incidente, entretanto, mostra que a questão é muito mais profunda do que apenas uma preferência divina entre os tipos de oferendas de Caim e de Abel. A essência do caráter dos ofertantes e a devoção a Deus da parte de cada um, é de grande importância, na compreensão do que se passou. Existem, em adição, outras passagens bíblicas que nos mostram quem era realmente Caim e de onde procedeu o seu sacrifício. Por exemplo, Hb 11.4 nos fala que Abel agiu pela fé. A inferência é que Caim não foi motivado pela fé.

c. O próprio texto, no v. 6, nos trás uma luz adicional sobre o caráter e a predisposição de Caim. Deus pergunta: "por que estás irado?" Em vez de se humilhar perante o Criador, ele se irou contra Deus. O v.7 aprofunda a nossa percepção sobre ele. Deus deixa antever que o submete a um teste e chama atenção para o seu mal procedimento, colocando sobre seus ombros a responsabilidade de auto-domínio ("se todavia procederes mal, eis que o pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti, mas a ti cumpre dominá-lo"). No v. 8, o texto registra que "... se levantou Caim contra Abel, seu irmão, e o matou".

d. 1 João 3.11-12 nos diz, em adição, que Caim era "... do maligno...", significando que ele não possuía Deus em seu coração e era filho de Satanás.

e. Judas 11, falando sobre o caráter e ações dos ímpios, menciona o "... caminho de Caim...", identificando este com o caminho dos ímpios e descrevendo-o como sendo um caminho cheio de ganância.

f. O resultado das ações inauguradas por Caim não tardaram. Ele abriu caminho para o desrespeito à vida. Em Gn 6.11 lemos que logo "... a terra, porém , estava corrompida diante da face d Deus, e encheu-se a terra de violência" . Por

causa dessa violência, Deus executou julgamento e destruiu a todos, exceto a Noé e à sua família.

g. Gênesis 4:3-4 Aconteceu que no fim de uns tempos trouxe Caim do fruto da terra uma oferta ao Senhor. Abel, por sua vez, trouxe das primícias do seu rebanho e da gordura deste. Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta;

David não mata Saul.

Os capítulos 24 e 26 de 1 Samuel relatam duas ocasiões em que Davi esteve prestes a tirar a vida de Saul, que o perseguia com inveja e rancor, mas teve respeito por sua vida e a poupou. Veja as circunstâncias e fatos desses incidentes:

a. O perigo que Davi sofria era real. Saul possuía três mil homens escolhidos contra os seiscentos esfarrapados de Davi . A Bíblia nos diz, ainda, que o negócio de Saul, ou seja sua prioridade e ocupação principal, era "tirar a vida " de Davi (23.15) e que ele "maquinava o mal" contra Davi (23.9).

b. Davi já havia sido ungido rei pelo profeta Samuel (16:12-13). Isso significa que quanto mais cedo Saul morresse, mais cedo seria ele rei de fato. A tentação para realmente tirar a vida daquele que o perseguia e o atormentava, também nesse sentido, devia ser grande.

c. A Bíblia nos relata, entretanto, que Davi possuía o temor do Senhor em seu coração (24.5-7) e por essa razão não quebrou o sexto mandamento e arrependeu-se até de ter cortado a vestimenta de Saul.

d. No segundo incidente (cap. 26) Davi mais uma vez poupa a vida de Saul (9 a 11), por respeito a Deus.

É nossa obrigação ter esse tipo de respeito pelos mandamentos de Deus.

Devemos andar nos passos que ele traçou para o nosso bem, por amor a ele.

Jesus Cristo e o sexto mandamento.

Jesus ensina que por trás da quebra do sexto mandamento está o ódio que as pessoas vão alimentando em seu coração umas pelas outras. Temos a tendência de irmos armazenando mágoas recolhidas que só se agravam com o passar dos dias. No Sermão do Monte (Mt 5.21-26) ele nos mostra que quebramos o sexto mandamento quando temos ódio por nosso irmão.

Jesus enfatiza a importância da reconciliação para a prática sincera da religião verdadeira. Ele nos diz que antes mesmo de nos chegarmos a Deus, para adorá-lo, devemos nos reconciliar com nossos desafetos. (Mt 5:23)

Vemos, portanto, que para desobedecer o sexto mandamento, no seu sentido mais amplo, não precisamos sair atirando por aí, assassinando pessoas.

Podemos quebrá-lo só em atitudes.

Como anda o nosso coração para com os nossos irmãos?

O Sexto Mandamento Hoje - O desrespeito à vida, e apenas de morte.

Nada tem contribuído tanto para a desobediência ao sexto mandamento e para a intensificação da violência do que a diluição das punições estabelecidas pelo criador para os crimes contra a vida.

A sociedade moderna se orgulha de ter uma "visão progressista", de ter caminhado a passos largos na compreensão dos direitos dos homens.

No entanto, despreza as diretrizes divinas e coloca a sua compreensão das questões acima das prescrições e mandamentos de Deus.

O humanismo substituiu o respeito e submissão ao Deus de toda sabedoria.

O homem acha que sabe melhor do que o próprio Criador o que é melhor para si próprio e para a sociedade.

Nem a própria fragmentação dessa sociedade, nem a visão pragmática moderna que mostra que os princípios humanos são falhos e não funcionam na vida real, é suficiente para corrigir a cegueira espiritual que assola os homens.

Para maior tristeza temos também muitos cristãos absorvendo pontos de vista do mundo, sem submetê-los ao crivo das instruções das Escrituras.

A pena de morte é um assunto atual. Ela é discutida em todos os setores da sociedade, mas raramente procura-se examinar, de forma isenta, o que a Bíblia realmente ensina a esse respeito. Dentro do nosso estudo, será que o sexto mandamento não elimina a possibilidade de aplicação da pena de morte?

Não deveriam todos os evangélicos fazer coro com os que se posicionam contrário à aplicação dessa punição considerada tão bárbara e antiquada?

Os seguintes pontos podem nos orientar na formação de uma opinião bíblica sobre a questão:

a. A pena de morte foi instituída no Antigo Testamento não porque Deus desse pouca validade à vida das pessoas, mas exatamente porque ele considera essas vidas extremamente importantes. Nesse sentido, perdia direito à sua própria vida qualquer um que ousasse atentar contra a criatura formada à imagem e semelhança do seu Criador. Esta foi a base da instituição da pena de morte, em Gn 9.6 -"Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem".

b. Notamos nesse mesmo trecho, que a pena de morte antecede a lei judicial ou civil da nação de Israel. Ou seja, na lei civil de Israel, temos desdobramentos e detalhamentos da pena capital, mas não o seu surgimento. Ela foi comandada à raça humana, em termos gerais, representada por Noé e seus descendentes, da mesma forma que o mandamento adâmico de 'povoar a terra, é reafirmado, no v.7 a Noé.

c. O sexto mandamento não constitui uma proibição à pena de morte. Primeiro, é evidente que a pena de morte (nas várias situações registradas e prescritas) procede do mesmo Deus que deu o mandamento - essas determinações não são, portanto, contraditórias entre si. Segundo, do ponto de vista linguístico,

"matar", no sexto mandamento, significa "assassinar". A proibição do mandamento é contra o assassinato por indivíduos e não contra uma execução pelos poderes constituídos, aplicada exatamente em função da quebra desse mesmo mandamento.

d. A execução das sentenças nunca foi dada por diretrizes bíblicas; desqualificadamente a indivíduos ou organizações fora do governo estabelecido. Tais grupos não possuem nenhum direito sobre a vida de quem quer que seja, por mais legítima que venham a parecer as causas ou razões.

A prova disso é a própria instituição das Cidades de Refúgio, estabelecidas por Deus em Nm 35.9-34. Nessas cidades, até os assassinos confessos e declarados mereciam proteção temporária da fúria vingativa dos parentes próximos da pessoa assassinada, pois o direito de fazer pagar com a vida não fora delegado indiscriminadamente aos parentes e aos amigos da vítima mas somente após o julgamento devido pelos anciãos - representando o governo constituído.

Por esses princípios, o crente deve ser contra os grupos de extermínio e de linchamento, que, dando a aparência de execução de justiça, promovem na realidade a anarquia e a desconsideração pela vida, eliminando a possibilidade de verificação isenta dos fatos e dos possíveis crimes cometidos.

Esses grupos e pessoas quebram, sem dúvida, o sexto mandamento.

e. Não podemos, igualmente, advogar a aplicação da pena de morte para todas as situações temporais prescritas na lei mosaica. (por exemplo - pela quebra do dia de descanso), pois a legislação civil de Moisés destinou-se a uma nação específica, numa época específica, dentro de específicas circunstâncias, com propósitos definidos da parte e supervisionados pelo próprio Deus.

f. Parece-nos, entretanto, que a defesa da pena de morte, aplicada contra assassinatos, baseada nos princípios de Gn. 9.6, é uma atitude coerente com o horror à violência demonstrado na Palavra de Deus. A Bíblia é contra a impunidade que reina em nossos dias contra o desrespeito à vida e contra a violência. Essa violência, que é fruto do pecado, é uma prova irrefutável da necessidade de regeneração do homem sem Deus e não pode ser combatida, com a mesma violência, por indivíduos ou grupo para-militares, mas é responsabilidade do governo constituído. A Bíblia é pela lei e pela ordem, pelo respeito à propriedade e à vida, pelo tratamento da violência dentro dos parâmetros legais do governo.

g. Esse entendimento parece igualmente substanciado pelo Novo Testamento. Quando Paulo escreve em Rm 13.1-5, sobre as atribuições do governo, percebemos que a pena de morte não é para ser aplicada por qualquer um, mas faz parte das atribuições de um governo sério, que "... não traz a espada em vão". Essa é a autoridade que é delegada por Deus, contra os malfeitores.

h. Esse é, igualmente, o entendimento da Confissão de Fé de Westminster (cap. XX.III) e do Catecismo Maior (perguntas 135 e 136). As afirmações das respostas a essas perguntas não deixam margens a dúvidas, que aqueles teólogos

consideravam a pena de morte bíblica e aplicável. Estavam isentos e imunes dos argumentos humanistas que posteriormente viriam a permear as convicções éticas, teológicas e práticas do mundo evangélico. Além de outras considerações, a pergunta e resposta 135 diz que os deveres exigidos no sexto mandamento compreendem "... todo o cuidado e todos os esforços para preservar a nossa vida e de outros"; e a 136 diz, com respeito aos "pecados proibidos do sexto mandamento": ... o tirar vida ou a outrem, exceto:

1. No caso da justiça pública;
2. No caso de guerra legítima;
3. No caso de defesa necessária.

Muito mais poderia ser falado a respeito desse assunto polêmico, mas qual é a sua conclusão? Ela é bíblicamente defensável, ou reflete apenas a opinião da maioria, ou o humanismo de nossa era? Como podemos ativamente obedecer ao sexto mandamento e promover a sua obediência?